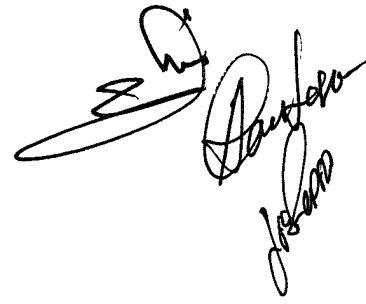


Regulamento
Cemitério de Oura

Índice Remissivo

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'João', is located in the upper right corner of the page.

Regulamento do Cemitério

Capítulo I – Organização e funcionamento dos serviços

Capítulo II – Inumação

Capítulo III – Exumação

Capítulo IV – Transladações

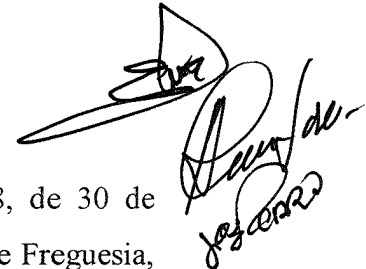
Capítulo V – Sepulturas e Jazigos

Capítulo VI – Construções Funerárias

Capítulo VII – Disposições Gerais

Capítulo VIII – Disposições Finais

Nos termos do estatuído na al. m) do artigo 2º do Dec.-Lei nº 411/98, de 30 de Dezembro, a Assembleia de Freguesia de Oura, reuniu, na sede da Junta de Freguesia, às vinte horas e trinta minutos do dia dois de abril de dois mil e vinte e três, por proposta da Junta de Freguesia, aprova o seguinte:



Capítulo I

Organização e funcionamento dos serviços

Artigo 1º

O cemitério da Freguesia de Oura destina-se à inumação dos cadáveres de indivíduos naturais, falecidos ou residentes na área da Freguesia

1 – Poderão ainda ser inumados no Cemitério da Freguesia, observadas, as disposições legais e regulares:

- a. Os cadáveres de indivíduos falecidos noutras freguesias do Concelho quando, por motivo de insuficiência do terreno, não seja possível a inumação nos respetivos cemitérios.
- b. Os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área da freguesia que se destinam a jazigos particulares ou sepulturas perpétuas.
- c. Os cadáveres dos indivíduos não abrangidos nas alíneas anteriores, mediante a autorização do Presidente da Junta de Freguesia, concedida em face de circunstâncias que se repute ponderosas.

Artigo 2º

O cemitério funciona todos os dias de acordo com o horário definido pela Junta de Freguesia.

Artigo 3º

A receção e inumação de cadáveres estarão a cargo dos coveiros ao serviço no cemitério.

1 – Compete ainda aos coveiros:

- Cumprir e fazer cumprir as disposições do presente regulamento, das leis e regulamentos gerais, das deliberações da Junta de Freguesia e ordens dos seus superiores relacionadas com aqueles serviços.

- A manutenção da limpeza e conservação do cemitério no que se refere aos espaços públicos e equipamento de propriedade da Autarquia.

Artigo 4º

Realização de Obras:

- a. A realização por particulares de quaisquer trabalhos no cemitério, nomeadamente conservação e limpeza de campas, fica sujeita a autorização e fiscalização dos Serviços da Autarquia.
- b. No âmbito da alínea anterior, são autorizados, com dispensa de quaisquer outras formalidades, os titulares como responsáveis pelas campas a procederem à limpeza das mesmas.
- c. A realização das atividades referidas na alínea anterior, quando realizadas por terceiras pessoas, quer a título gratuito quer a troco de remuneração, será estritamente interdita sem autorização prévia, por escrito, da junta de Freguesia.

Artigo 5.º

Os serviços de registo e expediente geral estarão a cargo da secretaria da junta Freguesia, onde existirão para o efeito, livros de registo de inumações, exumações, trasladações e respetivos ficheiros por ordem alfabética e numérica, assim como quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

Pela prestação de serviços relativos à atividade do cemitério, fixados por lei a cargo da Junta de Freguesia são cobradas as taxas a definir anualmente na tabela de taxas da Autarquia.

Capítulo II

Inumação

Secção I

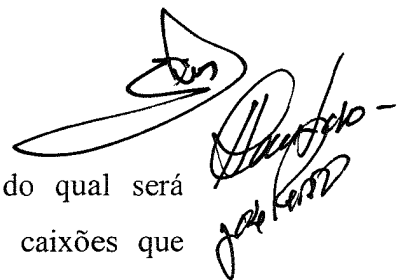
Disposições comuns

Artigo 6.º

As inumações serão efetuadas em sepulturas ou jazigos.

Artigo 7.º

Os cadáveres a inumar serão encerrados em caixão no interior do qual será colocado um produto biológico acelerador da decomposição. Nos caixões que contenham corpos de crianças não será colocado qualquer produto.

Handwritten signature and stamp in the top right corner of the page.

Artigo 8.º

Nenhum cadáver pode *ser* inumado nem encerrado em caixão de zinco, antes de decorridas vinte e quatro horas sobre o óbito e sem que previamente se tenha lavrado o respetivo assento ou auto de declaração de óbito ou boletim de óbito.

Artigo 9.º

1 - A pessoa ou entidade encarregada do funeral deverá requerer autorização para a respetiva inumação, conforme modelo previsto no anexo II do Dec. Lei n.º 4 I I/98, de 30 de Dezembro e fazer entrega do boletim de registo do óbito.

2- As inumações efetuadas durante o período normal de expediente da Junta de Freguesia dependem de prévia autorização desta.

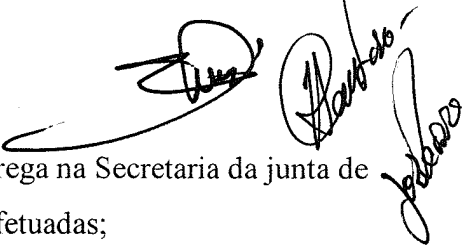
Para efeito, deve a pessoa ou entidade encarregada do funeral contactar a Secretaria da junta de Freguesia, para os seguintes procedimentos:

- a. Aceitar o requerimento para despacho, e posteriormente verificar o boletim de óbito;
- b. Emitir a guia de funeral respectiva;
- c. Efetuar a cobrança da taxa devida;
- d. Marcar a hora da inumação de acordo com o plano de trabalho elaborado pela junta de Freguesia.

3- No cemitério e para efetuação da inumação compete ao coveiro verificar a guia do funeral.

4- Às inumações efetuadas em regime excecional aos sábados, domingos, feriados e tolerâncias de ponto, são aplicados os seguintes procedimentos:

- a. As inumações serão possíveis após a confirmação feita pelo próprio coveiro;
- b. Para o efeito, deve a pessoa ou entidade encarregada do funeral contactar o coveiro, que confirmando a responsabilidade indicará a hora da inumação fará a receção do requerimento e boletim de óbito e procederá à cobrança da taxa devida contra a qual emitirá recibo provisório;

- 
- c. Compete ao coveiro no dia útil imediato fazer entrega na Secretaria da junta de Freguesia da documentação referente às inumações efetuadas;
- d. Após registo definitivo, a Secretaria enviará à entidade pagadora o respetivo recibo definitivo.

Artigo 10.º

Os documentos referentes às inumações serão registados no livro de inumações, mencionando-se o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver no cemitério e o local de inumação.

Secção II

Inumações em Sepulturas

Artigo 11.º

Não são permitidas inumações em sepultura comum não identificada, salvo:

- a. Em situação de calamidade pública;
- b. Tratando-se de fetos mortos abandonados ou peças anatómicas.

Artigo 12.º

As sepulturas terão em planta a forma retangular obedecendo às seguintes dimensões mínimas.

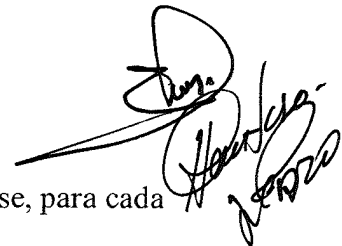
- Para adultos:
 - Comprimento - 2,00 m
 - Largura - 0,70 m
 - Profundidade - 1,00 m a 1.5m

- Para crianças:
 - Comprimento - 1,00m
 - Largura - 0,55 m
 - Profundidade - 1,00 m

Artigo 13.º

As sepulturas, devidamente numeradas, agrupar-se-ão em talhões procurando-se dar o melhor aproveitamento ao terreno, não podendo, porém, os intervalos entre sepulturas

e entre estas e os lados dos talhões serem inferiores a 0,40 m e mantendo-se, para cada sepultura, um acesso com o mínimo de 0,60 m de largura.



Artigo 14.

Além dos talhões privativos que se consideram justificados, haverá secções para as inumações de crianças, separadas dos locais que se destinam aos adultos.

Artigo 15.º

As sepulturas classificam-se em temporárias e perpétuas:

- a. Consideram-se temporárias as sepulturas para inumação por três anos, findos os quais poderá proceder-se á exumação;
- b. Definem-se como perpétuas aquelas cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida pela junta de Freguesia e cujos proprietários registaram os direitos adquiridos.
- c. Não são permitidas concessões de terreno para sepulturas perpétuas.
- d.

Secção III

Inumações em jazigos

Artigo 16.º

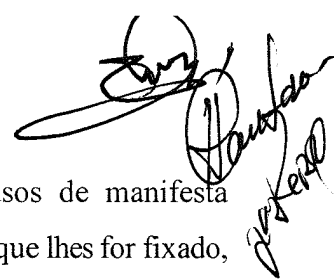
A inumação em jazigo terá de obedecer às seguintes regras:

- Nos jazigos só é permitido inumar cadáveres encerrados em caixões de zinco, devendo a folha empregada no seu fabrico ter espessura mínima de 0,4 mm.

Artigo 17.º

- 1 - Deve ser facultado pelos concessionários de jazigos a inspeção aos mesmos.
- 2- Quando apresentar rotura ou qualquer outra deterioração, serão os responsáveis avisados, a fim de o mandar reparar, marcando-se-lhe, para o efeito, o prazo julgado conveniente.
- 3- Em caso de urgência, ou quando não se efetue a reparação prevista no número anterior a Junta de Freguesia ordená-la-á, correndo as despesas por conta dos responsáveis, com um agravamento de 40% que reverterá como receita própria para a junta.
- 4- Quando não possa reparar-se convenientemente o caixão deteriorado, encerrar-se-á noutro caixão de zinco ou será removido para sepultura, á escolha dos responsáveis

ou por decisão da junta de Freguesia, tendo esta lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado, correndo todas as despesas por conta dos proprietários com o agravamento previsto no parágrafo anterior.

Handwritten signature and stamp in the top right corner. The stamp is circular and contains the number '11'. The signature is written over the stamp and extends to the right.

Capítulo III

Exumação

Artigo 18.º

É proibido abrir-se qualquer sepultura antes de decorrer o período legal de inumação de três anos, salvo em cumprimento de mandado de autoridade judicial.

Artigo 19.º

1 - Passados três anos sobre a data da inumação, poderá proceder-se à exumação, observando-se os seguintes procedimentos:

a. A junta de Freguesia publicará editais notificando os interessados para acordarem com a secretaria, no prazo estabelecido, quanto á data, em que aquela terá lugar e sobre o destino a dar às ossadas;

b. Decorrido o prazo prescrito nos editais a que se refere o número anterior, sem que os interessados promovam qualquer diligência, poderá considerar-se desinteresse e abandono cabendo à junta de Freguesia tomar as medidas que entender necessárias para a remoção dos restos mortais;

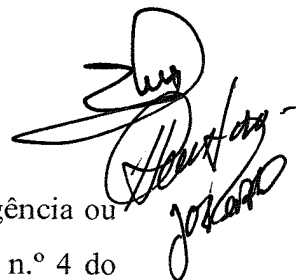
c. Se no momento da exumação não estiverem terminados os fenómenos de destruição da matéria orgânica, recobrir-se-á esta de novo, mantendo-se inumado por períodos sucessivos de dois anos, até à mineralização do esqueleto.

Artigo 20.º

A exumação das ossadas de um caixão de chumbo ou zinco inumado em jazigos só será permitida quando aquele se apresente de tal forma deteriorado que se possa verificar a consumação das partes moles do cadáver.

Artigo 21.º

As ossadas exumadas de caixão de chumbo ou zinco que, por manifesta urgência ou vontade dos interessados, se tenham removido para sepultar, nos termos do n.º 4 do artigo 17.º serão depositados no jazigo originário ou no local acordado com a junta de Freguesia.



Capítulo IV

Trasladações

Artigo 22.º

Trasladação significa o transporte de cadáver inumado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que encontram, a fim de serem de novo inumados, cremados ou colocados em ossário.

Artigo 23.º

As trasladações serão requeridas pelos interessados à Junta de Freguesia só podendo efetuar-se com autorização desta.

Têm legitimidade para requerer a trasladação as pessoas ou entidades previstas na legislação aplicável.

Artigo 24.º

1 - A autorização será concedida mediante documento próprio emitido pela junta de Freguesia.

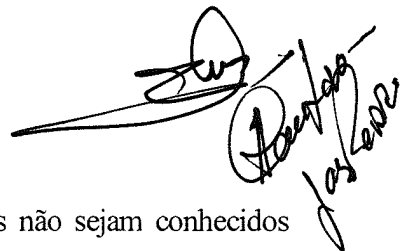
2 - A junta de Freguesia comunicará à Conservatória do registo Civil a trasladação.

Artigo 25.º

Nos livros de registo do cemitério far-se-ão os averbamentos correspondentes às trasladações efetuadas, devendo, ainda, exarar-se no verso do alvará as notas que, dos mesmo livros, constarem acerca da respetiva inumação ou depósito.

Capítulo V

Sepulturas e jazigos abandonados

Handwritten signature and a circular stamp with illegible text inside, possibly a date or official mark.

Artigo 26.º

- Consideram-se abandonados, os jazigos cujos proprietários não sejam conhecidos ou residam em parte incerta e não exerçam os seus direitos por períodos superior a dez anos, nem se apresentem a reivindicá-los dentro do prazo de sessenta dias, depois de citados por meio de editais publicados em dois jornais, um Nacional e outro local e afixados nos lugares habituais.
- O prazo a que este artigo se refere conta-se a partir da data da última inumação ou da realização das mais recentes obras de conservação ou de beneficiação que nas mencionadas construções tenham sido feitas, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos proprietários, ou de situações suscetíveis de interromperem a prescrição.
- Simultaneamente com a citação dos interessados, colocar-se-á no jazigo placa indicativa do abandono.

Artigo 27.º

Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no artigo 26.º, será o processo, instruído com todos os elementos comprovativos dos factos constitutivos do abandono e do cumprimento das formalidades estabelecidas no mesmo artigo, presente à reunião da Junta de Freguesia para ser declarado o abandono.

Artigo 28.º

- Quando um jazigo se encontra em ruínas, desse facto se dará conhecimento aos interessados por meio de carta registada com aviso de recepção fixando-lhes prazo para procederem às obras necessárias.
- Se houver perigo iminente de derrocada e as obras de recuperação ordenadas não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Presidente da junta ordenar a demolição do jazigo.
- Os restos mortais, existentes em jazigos a demolir ou declarados abandonados quando deles sejam retirados, depositar-se-ão com carácter de perpetuidade, no local reservado pela junta para o efeito, caso não sejam reclamados no prazo de 30 dias sobre a data da demolição ou da declaração de abandono.

Artigo 29.º

O preceituado neste capítulo aplica-se com as necessárias adaptações às sepulturas perpétuas.

Capítulo VI

Construções Funerárias

Secção I

Das obras

Artigo 30.º

O pedido de licença para construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou para investimento de sepulturas perpétuas deverá ser formulado pelo proprietário em requerimento Instruído com o projeto da obra, em duplicado, elaborado por técnico inscrito na Câmara Municipal de Chaves. Será dispensada a intervenção de técnico para pequenas alterações que não afetem a estrutura da obra inicial.

Artigo 31.º

Do projeto referido no artigo anterior constarão os elementos seguintes:

- a. Desenhos devidamente cotados, à escala mínima de 1:20.
- b. Na elaboração e apreciação dos projetos deverá atende-se à sobriedade próprias das construções funerárias, exigidas pelo fim a que se destinam.

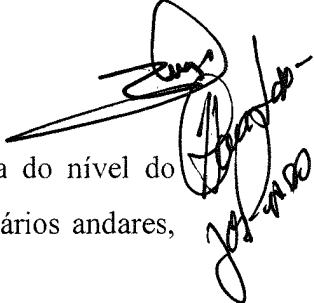
Artigo 32.º

Os jazigos da Autarquia ou particulares, serão compartimentados em células com as seguintes dimensões mínimas:

Comprimento - 2,00 m,

Largura - 0,75 m,

Altura - 0,55 m

- 
- a. Nos Jazigos não haverá mais de cinco células sobrepostas, acima do nível do terreno, ou em cada pavimento, quando se trate de edificação de vários andares, podendo também, dispor-se em subterrâneos;
- b. Na parte subterrânea dos jazigos exigir-se-ão condições especiais de construção, tendentes a proporcionar arejamento adequado, fácil acesso e boa iluminação, bem como a impedir infiltrações de água.

Artigo 33.º

Os jazigos de capela não poderão ter dimensões interiores a 1,50 m de frente e 2,30 m de fundo.

Artigo 34.º

As sepulturas perpétuas deverão ser revestidas em cantaria, com a espessura máxima de 0,10m.

Para a simples colocação, sobre as sepulturas de lousa de tipo aprovado pela junta, dispensa-se a apresentação de projeto.

Artigo 35.º

Nos jazigos devem efetuar-se obras de conservação, sempre que as circunstâncias o imponham.

Artigo 36.º

A tudo o que nesta secção não se encontre especialmente regulado, aplicar-se-á o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

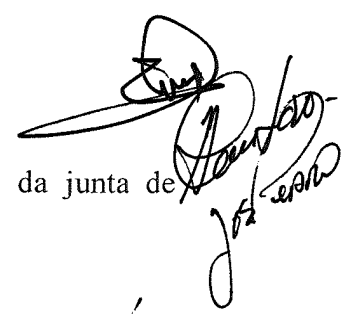
Secção II

Sinais Funerários e do Embelezamento de jazigos e Sepulturas

Artigo 37.º

A junta de Freguesia poderá permitir o arranjo das sepulturas temporárias, porém com obrigação para o responsável, de remoção de todos os materiais aquando da exumação. Quando o responsável não tiver condições para remoção da pedra e dos adornos, poderão os serviços da Autarquia proceder a esse trabalho, mediante indemnização das despesas efetuadas, não podendo em qualquer caso, os materiais retirados da exumação

trem removidos para o exterior do cemitério ou do estaleiro de apoio da junta de Freguesia.



Capítulo VII
Disposições. Cerais

Artigo 38.º

No recinto do cemitério é proibido:

- Proferir palavras ou praticar atos ofensivos da memória dos mortos ou do respeito devido ao local;
- Entrar acompanhado de quaisquer animais;
- Transitar fora dos arruamentos ou nas vias de acesso que separam as sepulturas;
- Colher flores ou danificar plantas ou árvores;
- Plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;
- Danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários e quaisquer outros objetos;
- A permanência de crianças até 12 anos de idade, salvo quando acompanhadas por adultos.

Artigo 39.º

Os objetos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos e sepulturas não poderão ser daí retirados sem apresentação de autorização escrita dos responsáveis nem sair do cemitério sem a anuência da Junta.

Artigo 40.º

Não podem sair do cemitério, aí devendo ser incinerados, os caixões ou urnas que tenham contido corpos ou ossadas.

Artigo 41.º

A entrada no cemitério de força armada, banda ou qualquer agrupamento musical carece de autorização da Junta de Freguesia.

Artigo 42.º

As taxas devidas pela prestação de serviços relativos ao cemitério constarão da tabela aprovada pela junta e Assembleia de Freguesia.

Artigo 43.º

As infrações ao presente Regulamento, para as quais não tenham sido previstas penalidades especiais, serão punidos com a coima de 500,00€

As infrações indicadas na alínea f) do artigo 38.º serão punidas com a coima de 1200,00€

Capítulo VIII

Disposições Finais

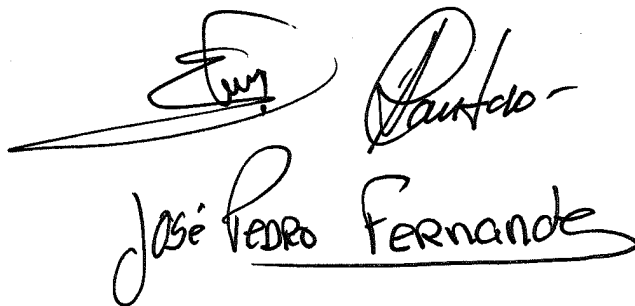
Artigo 44.º

Omissões

As situações não contempladas no presente regulamento serão resolvidas caso a caso pela junta de Freguesia.

Artigo 45.º

Este Regulamento entra em vigor trinta dias após a sua publicação e revoga o regulamento atualmente em vigor.



Handwritten signatures of José Pedro and Fernando. The signature of José Pedro is on the left, and the signature of Fernando is on the right. Below the signatures, the names 'José Pedro' and 'Fernando' are written in a cursive script.